

Comissão mista já está pronta

Ontem mesmo, tão logo recebeu uma cópia dos projetos de lei do Orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1987/1989 e do que estima e fixa a despesa da União para o exercício financeiro do ano que vem, o presidente da Comissão Mista do Congresso que irá analisar as matérias, deputado João Alves (PFL/BA), começou a estudar a questão, e a contactar os integrantes da Comissão.

A comissão mista que, conforme o regimento interno comum, foi instalada a 15 de junho, poderá receber emendas até 30 de setembro e deverá apresentar seu parecer até 20 de outubro.

A composição da comissão mista obedece ao critério da proporcionalidade, o que garantiu ao PMDB a indicação de cinco senadores e 20 deputados. O PFL, como segundo maior partido, ficou com cinco senadores e 12 deputados; o PDS com três senadores e sete deputados, o PDT com um senador e dois deputados, o PL com um senador, o PTB com dois deputados, e o PT e PSC, com um deputado cada.

Os anexos, órgãos e partes dos projetos estão distribuídos entre os deputados e senadores integrantes da comissão mista, da seguinte forma: o Senado analisará os orçamentos do Se-

nado, o Tribunal de Contas da União, Poder Judiciário, Ministérios da Aeronáutica, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, da Indústria e do Comércio, do Interior, da Marinha, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, das Relações Exteriores, dos Transportes e dos encargos financeiros e previdenciários da União.

A Câmara caberá analisar, além do seu próprio orçamento, a receita e texto da lei, e as partes referentes à Presidência da República, à reserva de contingência, às transferências a Estados, Distrito Federal e municípios e aos ministérios da Agricultura, das Comunicações, do Exército, da Educação, Fazenda, Justiça, das Minas e Energia, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho, da Cultura e da Ciência e Tecnologia.

TRANSPARÊNCIA

O chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, Luiz Vasconcelos, designado assessor da comissão mista, comentou, ao receber cópia dos orçamentos, que a "substancial" modificação neles contidas, em relação aos relativos aos anos anteriores, é o que ele classificou de "transparência".